

OBJETOS À VENDA: O QUE CONTAM OS JORNAIS?

Hiassana Scaravelli¹

lattes.cnpq.br/1918078608406002

Vera Lucia Gaspar da Silva²

lattes.cnpq.br/8881750759405221

Resumo: Este trabalho é dedicado à apresentação de dados e de análises tecidas a partir da identificação de anúncios, em jornais impressos que veicularam em Santa Catarina entre 1908 e 1921, relativos à venda de objetos da escola que, articulados à legislação escolar, oferecem indicativos de uma composição material da escola³. Procura-se tecer algumas reflexões referentes ao comércio que se formou acompanhando a expansão da escola primária, consumo de objetos exigidos pelo Estado, com o argumento de serem essenciais para o ensino e aprendizagem do aluno. A ênfase aqui são anúncios de materiais escolares destinados à organização da sala de aula: mapas, quadro negro, tinteiro, etc. Entende-se que os jornais do dia a dia, impressos destinados para o público em geral, constituem-se em fontes de grande relevância e que contêm informações que ajudam a compor o quadro no qual a escola se edifica e suas relações com o mercado econômico. Dos 47 jornais consultados, foram analisados os anúncios localizados num conjunto de 13: *O Catharinense* de São Bento, *A Comarca*, *O Commercio* de Joinville, a *Gazeta de Joinville*, o *Município de Joinville* e a *Gazeta do Comércio* de Joinville, *A Revista* de São Francisco do Sul, *O Pharol* de Itajaí, *A Época*, *O Estado*, *O Dia*, *O Correio do Povo* e *Republica* de Florianópolis. Trata-se, em grande parte, de jornais de circulação regional, mas que reverberam nas localidades de relações econômicas mais amplas.

Palavras-chaves: Material Escolar; Cultura Material; Jornais; Mercado Escolar.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Brasil). Contato: hiassana@yahoo.com.

² Doutora em Educação. Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (Brasil). Contato: vera.gaspar.udesc@gmail.com.

³ Este artigo toma por base dados levantados para a elaboração da dissertação de mestrado de Hiassana Scaravelli, intitulada: “Dos jornais à escola: a comercialização de objetos escolares em Santa Catarina (1908–1912)” (PPGE/UEDESC – Linha de Pesquisa: História e Historiografia). Trabalho de mestrado financiado pelas bolsas: PROMOP e CAPES, cuja pesquisa encontra-se vinculada ao projeto de pesquisa “Objetos em Viagem: Discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária em países ibero-americanos (1870–1920)”, em que CNPq e FAPESC apoiam financeiramente.

OBJECTS ON SALE. WHAT DO THE NEWSPAPERS TELL US?

Abstract: This work is dedicated to the presentation of data and analysis made from the identification in printed newspapers that broadcasted in Santa Catarina between 1908 and 1921, from news related to school objects selling, which were attributed to school Law, it offers indicatives of a material composition of the school. It was found a way of doing some reflexions, referred to the trade that is formed with the expansion of the primary school. A consume of objects was required from the State, with the argument of being essential for the teaching and learning from the student. The emphasis here, are news of school materials, destined to an organization of the classroom: maps, blackboards, inkstand, etc. It is understood that daily newspapers printed and destined to the general public, are made of sources of great relevance and it contains informations that help to compose the chart which it builds itself, its relations with economic market. From 47 newspapers consulted, it were analysed news located in a group of 13: O Chatarinense de São Bento, A Comarca, O Comércio de Joinville, a Gazeta de Joinville, o Município de Joinville e a Gazeta do Comércio de Joinville, A revista de São Francisco do Sul, O Pharol de Itajaí, A Época, O Estado, O dia, O Correio do Povo e Republica de Florianópolis. It's a big part of newspapers of regional circulation that reverberates in locations of economic relations in large scale.

Keywords: School material, Cultural material, newspapers, school market.

Este trabalho é dedicado à apresentação de dados e de análises tecidas a partir da identificação de anúncios, em jornais impressos que veicularam em Santa Catarina entre 1908 e 1921, relativos à venda de objetos da escola que, articulados à legislação escolar, oferecem indicativos de uma composição material da escola. Conectado a pesquisas que se ocupam da cultura material escolar, explora-se aqui o potencial da imprensa periódica em mostrar a materialidade que vai dando forma à escola, bem como se busca evidenciar a relação desta com o mundo industrial e o alinhamento econômico que balizam a expansão da escola de massas. Por objetos da escola (também usaremos a expressão artefatos ao logo do texto), queremos nomear, de modo mais específico, “os suportes materiais de ensino, ou seja, os objetos utilizados por professores e alunos nas escolas em situações de ensino e aprendizagem” (SOUZA, 2013, p. 105).

Embora a discussão sobre a cultura material da escola e seu provimento material compreenda, também, outros aspectos como a própria edificação, trataremos aqui de itens anunciados e comercializados pelas páginas de jornais publicados em Santa Catarina entre 1908 e 1921. O período foi escolhido tendo por base uma das principais reformas do ensino realizadas no Estado, a Reforma da Instrução Pública autorizada pela Lei n.º 846, de 11 de outubro de 1910, com início de execução em 1911. No discurso político, tal reforma consagraria a modernidade pedagógica no Estado. Seus efeitos e a proposição de uma “nova” composição material para as escolas teriam gerado e/ou alimentado um comércio de materiais escolares que nos interessa mapear.

Tomando por base a escola de massas da Inglaterra, mas, com uma reflexão que pode ser utilizada também para analisar e compreender uma questão regional, Martin Lawn nos fala de uma escola que se renova e que passa a ocupar um espaço de diversos interesses, “tornando-se [...] uma nova relação de negócios, [...] uma vez que empresas comerciais viram a escolarização como um lugar de publicidade e de obtenção de novos clientes” (LAWN, 2013, p. 225).

Para este artigo, optamos por apresentar alguns dos anúncios encontrados, os que ofertam materiais que compõem e organizam a sala de aula, como mapas, quadro-negro, tinteiros, bandeiras etc.

A análise tomou por base um conjunto de 47 jornais, sendo que, em 13 periódicos, foram localizados 53 anúncios de materiais escolares: *O Catharinense* de São Bento, *A Comarca*, *O Commercio* de Joinville, *a Gazeta de Joinville*, *o Municipio de Joinville* e *a Gazeta do Comércio* de Joinville, *A Revista* de São Francisco do Sul, *O Pharol* de Itajaí, *O Correio do Povo* de Jaraguá do Sul, *A Época*, *O Estado*, *O Dia* e *a Republica* de Florianópolis. Além dos anúncios tratados neste texto como constitutivos da sala de aula, também foram localizados outros que ofereciam itens mais direcionados aos alunos, como cadernos, canetas, lápis, mata-borrão, tinta, lousa, mochila etc. Nas páginas de seis jornais (*A Revista*, *Commercio de Joinville*, *O Dia*, *O Pharol*, *Republica* e *O Correio do Povo*), foram anunciados artefatos escolares que, nas prescrições identificadas, deveriam compor a sala de aula.

Optou-se pelo uso de jornais como fonte devido ao potencial da documentação que pode revelar pistas e indicativos acerca da materialidade da escola primária brasileira (CASTRO et al., 2013). Mesmo não se tratando da imprensa periódica pedagógica, os periódicos jornalísticos trazem dados referentes à escola, que possibilitam compreender aspectos relevantes, destacando-se neste trabalho aqueles referentes à composição material da escola e ao comércio que a alimenta.

Quadro 1: Títulos que anunciam materiais escolares para a sala de aula. Fonte: Exemplos dos jornais: A Revista, Comercio de Joinville, O Dia, O Pharol, Republica e O Correio do Povo. Quadro organizado pelas autoras.

Ano	Jornais	Região	Material
1908	A Revista	São Francisco	Tinteiro
	Comercio de Joinville	Joinville	Mapa
	O Dia	Florianópolis	Bandeira
1909	O Pharol	Itajaí	Tinteiro
1910	O Pharol	Itajaí	Inteiro
1913	O Pharol	Itajaí	Tinteiro
1912	O Pharol	Itajaí	Tinteiro
1918	O Pharol	Itajaí	Régua
1919	Republica	Florianópolis	Giz escolar
1921	O Correio do Povo	Jaraguá do Sul	Tinteiros, giz

Com a intervenção do Estado nas práticas escolares - particularmente com a consolidação das Leis de obrigatoriedade do ensino⁴ -, e com medidas que primaram pelo ensino com base no método intuitivo, ministrado de modo simultâneo, e acompanhando a ampliação do núme-

⁴ No texto de abertura do livro *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*, intitulado “Fases da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente”, Diana Gonçalves Vidal fala de um cenário que “.. sinaliza para o fato de que a escolarização compulsória da infância impôs-se como uma unanimidade, elemento de avaliação do desenvolvimento humano das nações e reivindicação popular” (Vidal, 2013, p. 11). Percorrendo a obra pode-se compor o quadro de aprovação de Leis que tratam da obrigatoriedade do ensino em boa parte do território brasileiro: Minas Gerais, 1828 (em Mariana) e 1835 na Província e Minas Gerais; Goiás, 1835; Ceará, 1837, Piauí, 1845; Rio de Janeiro, 1849 no Município neutro da Corte e no RJ em 1854; Grão Pará, 1851; Paraná, 1854; Pernambuco; 1855; Amazonas e Sergipe, 1858; Paraíba, 1860; Rio Grande do Sul, 1871; Espírito Santo, 1873; Santa Catarina e São Paulo, 1874; Alagoas, 1876; Mato Grosso, 1880; Rio Grande do Norte, 1916.

ro de escolas, um conjunto de inovações passam a circular⁵ com maior abrangência e impacto e algumas se materializam. Como já comentado, em jornais catarinenses do período de 1908 a 1921, localizamos cadernos, penas, tinteiros, lápis, papel, lousas, borrachas, livros escolares entre os itens anunciados. Esses objetos se inserem no cotidiano, tanto dentro da escola quanto para além de seus muros. Os periódicos que publicavam as ofertas eram impressos do dia a dia e não em jornais pedagógicos, portanto, destinavam-se à população em geral e não a um público específico: alunos e professores, por exemplo. Para Lawn (2013), os objetos não são meros artefatos separados e desconectados, possuem valor social e são dinâmicos nos seus efeitos. Para aqueles destinados à escola, os usos ampliados dinamizariam um mercado consumidor e industrial. Exemplo atualizado seria o uso de computadores: o que seria dessas máquinas se a escola não os utilizasse e/ou não se dinamizasse seus usos⁶?

Por outro lado, os modos de uso abrem “[...] a possibilidade de pensarmos a intencionalidade embutida na legislação oficial para a educação, isto é, nos convida a indagar sobre o propósito dos agentes educacionais da época” (ABREU JUNIOR, p. 175, 2004). Embora a legislação estabeleça que todas as escolas públicas deveriam estar equipadas com os mesmos materiais, a expansão do ensino primário, assim como a aquisição de objetos, ocorreu de forma diferente para os diversos modelos de escolas existentes em Santa Catarina. As escolas dos centros urbanos, os grupos escolares, eram as “vitrines” (SILVA, 2006), ou seja, exemplos a serem seguidos, como realça o Governador Vidal José de Oliveira Ramos, em 1911, referindo-se ao Grupo Escolar Lauro Muller, o primeiro fundado na capital: “Prestei a maior atenção á construção do edificio destinado a este Grupo, assim como ao seu mobiliario e material de ensino, porque elle deve servir de modelo aos demais, que vão sendo fundados no Estado” (Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos, 1911, p. 40). A população de vilas e zonas rurais, atendida por escolas isoladas,

⁵ Esta circulação pode assumir diferentes formatos na imprensa pedagógica: manuais pedagógicos e escolares, boletins, jornais regionais ou de grande circulação, conferências.

⁶ Ainda que possa parecer reducionista, essa assertiva pode ajudar a compreender as complexas relações que se estabelecem entre a vida na escola e fora dela.

onde a “modernização” chegou de forma mais tardia, teve que se adaptar de acordo com os recursos e condições disponíveis. Segundo o Governador Vidal José de Oliveira Ramos: “Para esta ordem de escolas os benefícios da reforma serão inevitavelmente demorados, pois que não é possível, de um momento para outro, prove-las de professores bastante aptos e dar-lhes instalação conveniente” (Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos, 1911, p. 44). Se compartilharmos a ideia de que a materialidade também educa, localizar modos distintos de prover materialmente as escolas anuncia modos diferenciados de ofertar o ensino, em geral, sintonizados com o público a que se destina. A seguir, conforme anunciado no início deste artigo e com o objetivo de aprofundar a reflexão, trataremos mais detidamente dos objetos da sala de aula.

Objetos da sala de aula

O espaço de sala de aula foi criado e reinventado social e historicamente⁷ à medida que atribuições foram delegadas para a escola. É preciso “estranhar” e “desnaturalizar” esse espaço, compreendendo-o como lugar que responde por diferentes projetos, com interesses que vão se alinhando a propósitos políticos e sociais.

Antes de ter espaços próprios, a escolarização das crianças era feita em espaços improvisados. Segundo Vidal e Faria Filho (2005), as escolas funcionavam em salões paroquiais, casas de professores, locais particulares ou públicos. Outra estratégia muitas vezes acionada foi a utilização de edifícios já prontos que pudessem funcionar como escola. Além da carência de um espaço próprio, a falta de higiene e mobiliário adequados configuraram-se em aspectos enfatizados nos discursos do período – estamos tratando dos anos iniciais do século XX – como prejudiciais à formação. Alguns temas debatidos, recorrentes nas mensagens dos governadores do Estado e em documentos assinados por autoridades de Santa Catarina,

⁷ Sobre o tema sugerimos a leitura do livro *A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar* (São Paulo: Moderna, 2003 - Educação em Pauta), de autoria de Inés Düssel e Marcelo Caruso.

ênfatisam a necessidade de uma reforma no ensino popular que renovasse e modernizasse as formas de aprendizagem. A construção de locais próprios é normatizada, definindo-se regras para instalação de grupos escolares e escolas isoladas, conforme localização e número de matrícula. As salas de aulas deveriam ser equipadas prevendo-se, no Capítulo V: “Da Mobília e Escripuração Escolar”, os materiais que cada escola deveria ter:

✓ Uma mesa de 1,20 x 0,70 com gaveta, estrado de 2,00x1,70x0,20 e cadeira de braços, para o professor	✓ Uma bandeira nacional
✓ Bancos-mesas inclinados	✓ Um dicionário de português
✓ Um quadro preto de 1,75x1,75	✓ Um relógio de parede
✓ Um tinteiro, uma campainha e uma régua	✓ Quatro cadeiras para visitantes
✓ Um mapa do Brasil	✓ Uma talha para água

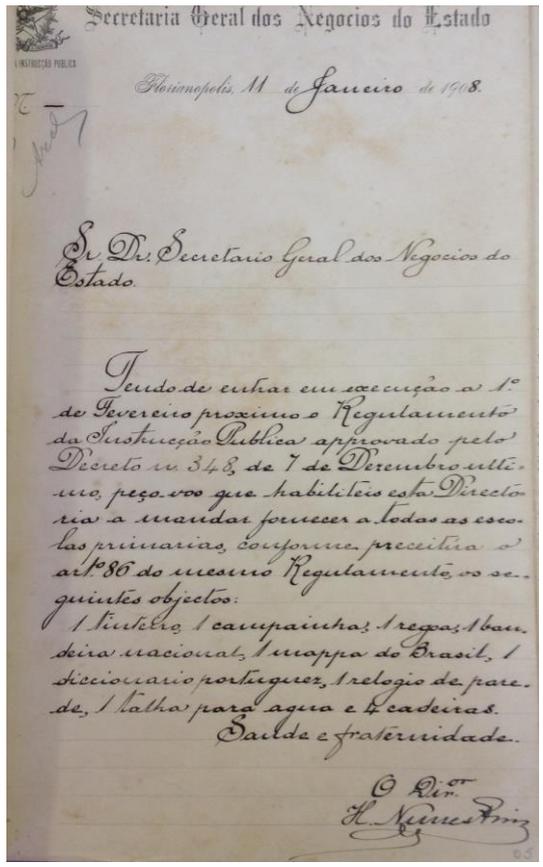
Fonte: Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, localizado no APSC.

No decorrer das páginas do Regulamento da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1911, percebe-se “[...] a tentativa de implantação de uma forma escolar, presa a dispositivos legais que garantiriam ao ensino o estabelecimento de regras impessoais” (SILVA, 2000, p. 03). Nesse mesmo regulamento, está registrado que o ensino público seria organizado da seguinte forma: Escola Normal, Grupo Escolar, Escola Isolada e Escola Complementar. Dentre esses modelos de escolas, foram construídos edifícios específicos para os Grupos Escolares. Apesar de o debate, em nível nacional, acerca da importância e da necessidade de espaços exclusivos para a aprendizagem, ser feito desde o século XIX, somente em 1911⁸ que se concretizou, no Estado de Santa Catarina, a construção

⁸ De acordo com Neide Almeida Fiori (1991, p. 86), desde 1904, o estado catarinense desejava implantar os grupos escolares, mas somente, em 1911, foram criados os primeiros (alguns inaugurados apenas em 1912), destinados a servirem como unidades de ensino modelo: Grupo Escolar Conselheiro Mafra em Joinville (único que funcionaria em edifício reorganizado, o do Colégio Municipal), Grupo Escolar

dos grupos escolares, projetados para os centros urbanos, locais de grande movimentação, para serem vistos e cortejados. As primeiras unidades catarinenses foram construídas nos municípios de Laguna, Florianópolis, Blumenau, Lages e Itajaí e a “[...] maior parte de seu mobiliário viera dos Estados Unidos e de São Paulo. Cada uma dessas escolas possuía um pequeno gabinete de Física e de Química e um museu escolar” (FIORI, 1991, p. 86). Embora o regulamento de 1911 não especifique o mobiliário, pressupõe-se que as escolas deveriam possuir os mesmos itens referidos no Regulamento da Instrução Pública de Santa Catarina de 1908.

Quadro 2: Ofício que manda fornecer a mobília escolar para as escolas públicas.
Fonte: Livro de Ofícios Expedidos 1908/09, localizado no APSC.

Ofício	Transcrição do documento
	<p>Sr. Dr. Secretario Geral dos Negocios do Estado</p> <p>Tendo de entrar em execução a 1º de Fevereiro proximo o Regulamento da Instrução Publica approved pelo Decreto n. 348, de 1 de Dezembro ultimo, peço-voo que habiliteis esta Directoria a mandar fornecer a todas as escolas primarias, conforme preceita o art. 86 do mesmo Regulamento, os seguintes objectos:</p> <p>1 tinteiro, 1 campainha, 1 regua, 1 bandeira nacional, 1 mappa do Brasil, 1 dictionario portuguez, 1 relógio de parede, 1 talha para agua e 4 cadeiras.</p> <p>Saude e fraternidade H. Nunes Amim</p>

Jerônimo Coelho em Laguna, Grupo Escolar Lauro Muller e Silveira de Souza em Florianópolis, Grupo Escolar Luiz Delfino em Blumenau, Grupo Escolar Vidal Ramos em Lages e Grupo Escolar Victor Meirelles em Itajaí.

Com a reforma de 1911,

No novo tipo de escola estariam presentes a mudança característica dos projetos que buscam conceber uma nova forma escolar, aliada ao desejo de consolidar em terras catarinenses uma escola competente, afirmada em espaço próprio, com uma qualidade que as iniciativas governamentais anteriores, na visão de muitos políticos e em particular de Vidal Ramos, não tinham conseguido implementar. (SILVA, 2000, p. 03).

Mesmo assegurados em Lei, o fornecimento de material não era automático, mas servia de subsídio para sustentar solicitações dos professores e despachos governamentais. O ofício de 11 de janeiro de 1908, assinado pelo Secretário Geral dos Negócios do Estado (Quadro 2), reproduzido a seguir, “manda” fornecer a mobília escolar às escolas públicas de responsabilidade do Estado conforme estava prescrito no regulamento de 1908.

Com base na Lei, todas as escolas deveriam ter em suas salas de aula os mesmos materiais, pois “a orientação geral do ensino visava obter uniformidade da instrução ministrada” (FIORI, 1991, p. 95). Quanto à aquisição dos materiais para prover as salas de aula, foram identificadas em livros⁹ denominados “Termo de Tesouro”¹⁰, correspondentes aos anos de 1908-1921, as empresas contratadas pelo Estado para fornecer os itens escolares, objetos de expediente e artigos de escritório para as repartições públicas, conforme demonstra o quadro a seguir.

Quadro 3: Empresas que abasteciam o Estado de Santa Catarina com objetos de escritório e expediente. Fonte: Documento “Termo de contrato de Tesouro”. Dados organizados pela autora.

Ano	Empresa	Alguns objetos fornecidos	Ano	Empresa	Alguns objetos fornecidos
1908	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho	1913	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, ofício, timbrado, envelopes,

⁹ Documento salvaguardado no Arquivo Público de Santa Catarina. Encontra-se organizado em cadernos pelos anos: 1907–1911; 1911–1914; 1914–1919; 1919–1920 e 1920–1922.

¹⁰ Documento salvaguardado no Arquivo Público de Santa Catarina.

		de 0,55 cm x 0,36 cm			giz escolar, tinta Sardinha, canetas finas, lápis Faber, berço para mata-borrão, mata-borrão etc.
	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Canetas, lápis, caixa de giz, frascos de tintas Sardinhas, ardósias, folhas de papel cartão etc.		C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm
1909	Octávio Lobo da Silveira (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado, diploma, para envelope), pena Mallat, lápis preto Faber, canetas, tintas Sardinhas etc.	1914	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública com 250 folhas
	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm	1915	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm
1910	Octávio Lobo da Silveira (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado, diplomas, mata-borrão, envelopes) lápis Faber, bandeira nacional, tintas Sardinhas, tinteiro de vidro, régua etc.	1916	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de livros
	Otto Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 255 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm	1917	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm
1911	Max Schrappe (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado etc.)	1918	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Livro para Instrução Pública com 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm
	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado etc.), envelopes, lápis Faber, canetas, grampos, tinta Sar-	1919	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, timbrado, etc.), envelope, penas Mallat, Perry, canetas, lápis Faber, tinteiro, tintas Sardi-

		dinha, giz escolar etc.			nhas, berço para mata-borrão etc.)
1912	Paschoal Simone & Filhos (Florianópolis)	Diversos tipos de papéis (almoço, ofício, timbrado, envelopes, giz escolar, tinta Sardinha, canetas finas, lápis Faber, berço para mata-borrão, mata-borrão etc.	1920	Otto Boehm (Joinville)	Diversos tipos de livros
	C. W. Boehm (Joinville)	Livro para Instrução Pública, 260 folhas, no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm	1921	Otto Boehm (Joinville)	Diversos tipos de livros

Considerando os indicativos citados, participaram do provimento material das escolas, nos anos de 1908–1921, cinco empresas: Otto Boehm e C. W. Boehm, de Joinville; Paschoal Simone & Filhos, Octávio Lobo da Silveira e Max Schrappe, de Florianópolis. De 1908 a 1913, duas dessas companhias faziam o abastecimento das escolas. Percebe-se que, nesse período, duas delas cuidavam do provimento de livros em geral (de despesa, do tesouro, receitas, exportação, recibo, etc.), a Otto Boehm, Max Schrappe e a C. W. Boehm; já a Paschoal Simone & Filhos e a Octávio Lobo da Silveira tratavam do fornecimento dos objetos de expediente e de escritório. Nos demais anos, até 1921, apenas três prestavam o serviço, seja no fornecimento dos livros, seja no tocante aos itens de expediente e de escritório: C. W. Boehm, Paschoal Simone & Filho e Otto Boehm. Dentre os itens fornecidos, estavam livro de Instrução Pública no tamanho de 0,55 cm x 0,36 cm, canetas, lápis da marca Faber, caixas de giz, frascos de tintas da marca Sardinhas, ardósias, folhas de papéis, papéis (almoço, timbrado, diploma, cartão, etc.), envelopes, mata-borrão, bandeira nacional, tinteiros, grampos, berço para o mata-borrão, entre outros.

O contrato com o empresário Otto Boehm, também proprietário de uma tipografia que levava o seu nome, foi fixado entre os anos de 1908 e 1910, retornando em 1920 e 1921. Segundo informações retiradas do jor-

nal *O Dia*, Otto Boehm estava vinculado ao Partido Republicano da cidade de Joinville, além de ser diretor de um dos mais renomados e reconhecidos jornais da época, o *Kolonie Zeitung*, da mesma cidade.

No comunicado feito no jornal *O Dia*, de 17 de dezembro de 1909, o Governo do Estado autoriza, por parte do “Thesouro”, o pagamento da quantia de 1.116\$500 ao cidadão Otto Boehm pela impressão de 500 exemplares do relatório apresentado pelo secretário ao governador do Estado. Em outro comunicado no periódico *O Dia*, de 09 de junho de 1911, ordenou-se o pagamento da quantia de 557\$300, referente à impressão da Coleção de Leis de 1910. Informações como essas indicam que Otto Boehm dispunha de uma tipografia e que apenas realizava trabalhos de impressão para o Estado, já o acordo firmado com a C. W. Boehm estabeleceu-se nos anos de 1912 a 1915. Embora o contrato seja oficialmente desses anos, em 1908, na publicação do jornal *O Dia*, encontrou-se, na sessão “Parte Oficial¹¹”, a informação “Mandado pagar a C.W Boehm a quantia de 2.102\$000 de fornecimento de livros para a escripturação d'aquelle Thesouro e respectivas Estações Fiscaes”¹², o que indica que a empresa supracitada prestava serviços para o Estado antes de ser oficialmente contratada. Em relação às demais empresas, Paschoal Simone & Filhos foi responsável pelo abastecimento nos anos de 1908, 1911 a 1913 e 1916 até 1919; Octávio Lobo da Silveira, pelos anos de 1909 e 1910; e Max Schrappe em 1911.

Quanto ao processo de escolha do Estado em selecionar a empresa que seria responsável pelo abastecimento dos materiais, identificou-se que no ano de 1912, no livro “Termo de Tesouro de 1911-1914”, há a nomeação feita por meio de edital, publicado no jornal *O Dia* – impresso que fazia o papel de Diário Oficial do Estado –, conforme já informado. Embora não se tenha identificado como se deu o processo de seleção nos demais anos, subentende-se que o procedimento de escolha das demais empresas firmadas era realizado da mesma forma: através de licitações.

Regularmente, no jornal *O Dia*, sessão “Parte Oficial”, notas eram publicadas, como: “Ao mesmo-Mandado pagar a Octavio Lobo da Silvei-

¹¹ Essa sessão do jornal era destinada a comunicados e informes do Estado.

¹² Jornal *O Dia*, de 29 de março de 1908, página 02, número 4.492.

ra, a quantia de 58\$920, pelos objectos de expediente fornecido á Escola Normal durante Agosto findo”¹³, referente ao pagamento do Estado aos contratados, relativo à aquisição de objetos de expediente para repartições públicas, trabalhos de impressão, entre outros serviços e compras prestados para o Estado de Santa Catarina. Algumas das empresas que faziam esse abastecimento foram também identificadas, nos impressos catarinenses, por meio dos anúncios de ofertas. Uma delas é a C. W. Boehm, que aparece em jornais de Joinville: *A Comarca* ofertando penas e artigos de escritório e, no *Commercio de Joinville*, anunciando borradores e papel de música. Outro estabelecimento identificado nos jornais pesquisados vendendo materiais escolares e de escritório é a Paschoal Simone & Filhos. Octávio Lobo da Silveira também fez propaganda no mesmo impresso, ofertando bandeira. Embora nem todos os itens indicados se vinculem ao prescrito para a composição das salas de aula, entendemos ser pertinente indicá-los aqui, visto que, para o caso das escolas isoladas, todos os itens de escrituração escolar compunham também a organização material da sala de aula.

Os dados apresentados demonstram que empresas, como C. W. Boehm de Joinville, Paschoal Simone & Filhos e Octávio Lobo da Silveira de Florianópolis, realizavam o abastecimento de itens tanto para o Estado como para a população em geral. Mas, a documentação também evidencia que o provimento material das escolas não era feito de forma igualitária, a exemplo do registrado por Rosa Fátima de Souza em São Paulo.

Verifica-se, pois, o empenho inicial do Estado em prover as escolas, especialmente as instituições renovadas de ensino público, dos mais modernos materiais escolares em circulação na época. Todavia, essa distribuição seletiva, com o privilegiamento de algumas escolas localizadas na capital, denota, por outro lado, o sentido de uma política impressionista pautada na exibição da ação do Estado. (SOUZA, 1998, p. 227).

O não fornecimento, por parte do Estado, de todo material necessário ao desenvolvimento das atividades escolares fazia com que fossem

¹³ Jornal *O Dia*, de 28 de fevereiro de 1910, página 03, número 4.470.

acionadas diferentes estratégias, entre elas, transferência de responsabilidade de aquisição para professores e pais de alunos, o que contribuía para alimentar um comércio cada vez mais promissor. No trabalho de pesquisa nos jornais, foi possível identificar vários anúncios que ofereciam itens que, por lei, o Estado deveria fornecer para as escolas. O fato de estarem anunciados não é suficiente para se afirmar que não eram fornecidos, porém, sabe-se que itens como bandeira, tinteiros, régua e mapas eram, muitas vezes, adquiridos por professores, pais ou doados para as escolas, numa tentativa de provê-la do “mínimo necessário”.

Quadro 4: Anúncios de materiais escolares

Anúncio de mapas para escolas	Anúncio de tinteiro e régua	Anúncio de bandeiras
		
<p>Fonte: Jornal Commercio de Joinville, 05 jan., 1908, p. 04, n. 139</p>	<p>Fonte: O Pharol, 39 abr., 1910, p. 04, n. 302</p>	<p>Fonte: Jornal O Dia, 04 ago., 1908, p. 04, n. 4024.</p>

A materialidade escolar começa a ganhar visibilidade no dia a dia, compartilhando espaço com bebidas, comidas e roupas, nos armazéns ou nas livrarias e tipografias, evidenciando a formação e a constituição de

um comércio que vê a “escola como mercado¹⁴”. Segundo a autora Elly Herkenhoff (1998),

As casas comerciais daquela época, e por muitos anos afora, representavam uma espécie de “supermercado mirim”, onde se vendiam, de um lado da loja, os artigos como: tecidos, louças, brinquedos, papéis, tintas e penas de escrever, lápis de lousa, e de outro lado, os de consumo diário, como: petróleo, fósforo, velas, sabão, graxa, tabaco, além de todas as espécies de comestíveis... e da indefectível pinga para os pingueiros. (HERKENHOFF, 1998, p. 35-36)

A Livraria Moderna, de Paschoal Simone & Filhos, e os comerciantes Octávio Lobo da Silveira e Carl Boehm também participavam do provimento de materiais de escritório e de expediente para o Estado, conforme apresentado no Quadro 03. Tais elementos comprovam que o fornecimento de objetos escolares, realizado pelas casas comerciais distribuídas pelo Estado, não se restringia ao atendimento do público local ou ao comércio de varejo em pequenas quantidades, mas destinava-se também ao provimento do Estado e em grandes quantidades, servindo ao abastecimento de escolas e repartições públicas.

[...] a escola movimentava o mercado e suas necessidades fazem com que ele se adapte para atender a demanda. Novos serviços se organizam e lucram tendo o Estado como comprador privilegiado. De outro lado, o mercado cria objetos de desejos para a escola. O Estado dele depende para produção, em grande quantidade e em curto tempo, de um mobiliário padronizado que corrobore para a expansão do ensino. (ALCÂNTARA, 2014, p. 81)

Materiais escolares, como bancos-mesas, quadro negro, campainha, tinteiro, régua, mapa do Brasil, bandeira nacional, relógio, etc., compunham e organizavam as salas de aulas da escola pública primária. Entre cadernos, lápis, caneca, mata-borrão, lousa, etc., que constituíam uma lista de itens imprescindíveis, registrados em documentos e falas de políticos e intelectuais da educação, evidenciam uma configuração do es-

¹⁴ Expressão apropriada do artigo “Por uma História Sensorial da Escola e da Escolarização”, de autoria de Diana Gonçalves Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva.

paço e tempo escolar, uma cultura própria da escola que dita o modelo de criança que se desejava alfabetizar e formar: ordeira, civilizada, nacionalista. A intencionalidade aparece na distribuição dos bancos-inclinados, ordenados um atrás do outro para acomodar até 45 crianças dentro da sala de aula, dispostos para frente com a visão para o quadro-negro fixado atrás da mesa do professor, centralizando a figura do docente como mestre, uma organização que deveria dar conta do ensino simultâneo e homogêneo. E, recomendava-se:

Emquanto uma das secções estiver dando leitura no quadro negro, as outras duas devem estar trabalhando, conforme as matérias distribuídas no horário para cada secção. Observe constantemente que os alunos, acabando de copiar a lição do quadro de Parker ou da página do livro, não devem ficar parados, olhando o que fazem os outros alunos, mas que devem apagar tudo e começarem de novo até preencherem completamente o tempo consignado no horário¹⁵.

Tais aspectos eram, muitas vezes, fiscalizados por inspetores que supervisionavam não somente questões pedagógicas, mas também questões administrativas e de ordem política. É importante reconhecer que este desenho do ensino não é restrito ao estado catarinense, pois se alinha a um projeto internacional de difusão e expansão da escola de massas.

Algumas considerações

Diante do que foi exposto até esse momento, compreende-se que estão internalizados, nos artefatos escolares, valores, normas e condutas. Dessa forma, intentou-se conhecer um pouco mais acerca da materialidade escolar, com o foco nos artefatos que configuram a sala de aula, a

¹⁵ O trecho citado foi retirado do Programa dos Grupos Escolares, inserido dentro do documento Programa dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto n.º 796, de 02 de maio de 1914. Refere-se ao programa do ensino da leitura, descrevendo o modo como deveria ser aplicado pelo professor.

fim de entender formas e modos de comercialização dos materiais escolares e sua força na expansão do ensino público, assim como o mercado escolar que se constituiu por meio da escola no período de 1908 a 1921.

Por meio dos jornais e entrelaçando documentos da política educacional do Estado – leis, regimentos, regulamentos – alusivos à materialidade escolar, buscou-se identificar objetos que fomentaram a relação da escola com o mercado econômico.

A partir da Reforma da Instrução Pública no Estado de Santa Catarina (1911), observa-se significativa expansão da escola primária e alterações no seu funcionamento, tais como: construção de prédios próprios para o ensino, professores capacitados para ensinar, ensino por meio do método intuitivo, escola graduada e seriada com materiais e mobiliário anunciados como fundamentais e essenciais para as rotinas escolares.

Com a ampliação do número de escolas e medidas relativas à obrigatoriedade escolar, aumenta o número de alunos inseridos, criando-se uma demanda de materiais escolares, tanto para o aluno quanto para a sala de aula: caneta, lápis, mata-borrão, bandeira, tinteiro, régua, mapa, entre outros. Com base nos anúncios localizados e na documentação pesquisada, constata-se a formação de um comércio escolar incipiente, dividindo espaço com bebidas, comidas e roupas, pertencentes aos armazéns, assim como livrarias, tipografias e papelarias. Esses locais abasteceram tanto a população local (varejo) e algumas casas comerciais quanto instituições vinculadas ao Estado.

Esperava-se que a inserção de determinados objetos, dito como essenciais, favorecesse a formação das crianças, preparando-as para uma sociedade ordeira, civilizada e moderna. Entretanto, por meio dos documentos estudados, observou-se que na prática, o que foi proposto não atingiu toda população, apenas parte dela. Os materiais de responsabilidade do Estado: mobília, artefatos escolares (régua, tinteiro, bandeira, mapas, etc.), materiais para expediente, não chegam a todas as escolas, há modos diferenciados de prover esta instituição.

Referências

- ABREU JUNIOR, Laerthe de Moares. O caderno de recortes sobre educação do “Diário Oficial do Estado de São Paulo”: inícios de cultura material na escola primária “Dr. Jorge Tibiriçá” (1930-19147). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 172-188, 2004. Disponível em: <<http://zip.net/bbtqY1>>. Acesso em: 23 jul. 2016.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações* (São Paulo, 1974-1914). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CASTRO et al. Cultura Material Escolar: Fontes para a história da escola e da escolarização elementar (MA, SP, PR, SC e RS, 1870 -1925). In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). *Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: investigação comparadas sobre a escola graduada (1870-1930)*. 1. ed. Cuiabá: EDUFMT, 2013. p. 273-316.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina - períodos imperial e republicano*. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.
- HERKENHOFF, Elly. *História da imprensa de Joinville*. Florianópolis: Editora UFSC, 1998.
- LAWN, Martin. Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 222-243, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bptrJf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif. *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Regulamentos para Instrução: para além do ensino, as condutas. *I Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Historiografia*, 2000, Rio de Janeiro.
- _____. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 341-376.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 302.

_____. *Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. Educação em revista*, Curitiba, n. 49, p. 103-120, set. 2013. Disponível em: <<http://zip.net/bktq8Y>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. *Revista linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://zip.net/bvtrsF>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, desafios do presente. In: _____; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (Orgs.). *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*. Cuiabá: Editora da UFMT, 2013.

Documentos

SANTA CATARINA. Coleção de Leis 1910. *Lei n.º 846 de 11 de outubro de 1910*. Typ. Boehm - Joinville. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

_____. *Mensagem 1911*. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Gab. Typ. D' <O Dia> 1911. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catharina. Typ. *Decreto n.º 348*. <<Gutenberg>> Florianópolis, 1908. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – APESC.

_____. *Programma dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas dos Estado de Santa Catarina*, aprovado e mandado observar pelo Decreto n.º 796 de 2 de maio de 1914. (Gab. Typ. D' < O Dia > Florianópolis, 1914. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina.

_____. *Livro de Ofícios Expedidos – 1908/09*. Acervo: Arquivo Público de Santa Catarina.

Jornais

Jornal Commercio de Joinville, 05 jan., 1908, p. 04, n. 139.

Jornal O Pharol, 39 abr., 1910, p. 04, n. 302.
Jornal O Dia, 04 ago., 1908, p. 04, n. 4024.

Recebido em 17 de agosto de 2016.
Aprovado em 17 de setembro de 2016.